

TERCEIRIZADOS TÊM SENTIDO “NA PELE” OS EFEITOS NOCIVOS DA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO E DA REFORMA TRABALHISTA

Desde que a lei da terceirização e a reforma trabalhista, orquestradas por Michel Temer, foram implementadas elas vêm balizando as contratações de empresas terceirizadas. Com a lei da terceirização, a responsabilidade das empresas contratantes diminuiu, deixando os trabalhadores à própria sorte, com salários reduzidos, muitas vezes com pagamentos atrasados, quando não, demitidos sem qualquer vislumbre de receberem seus direitos.



SINDIPETRO-LP
>>INFORMA

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

EDIÇÃO # 39 Julho DE 2021 | sindipetrolp.org.br

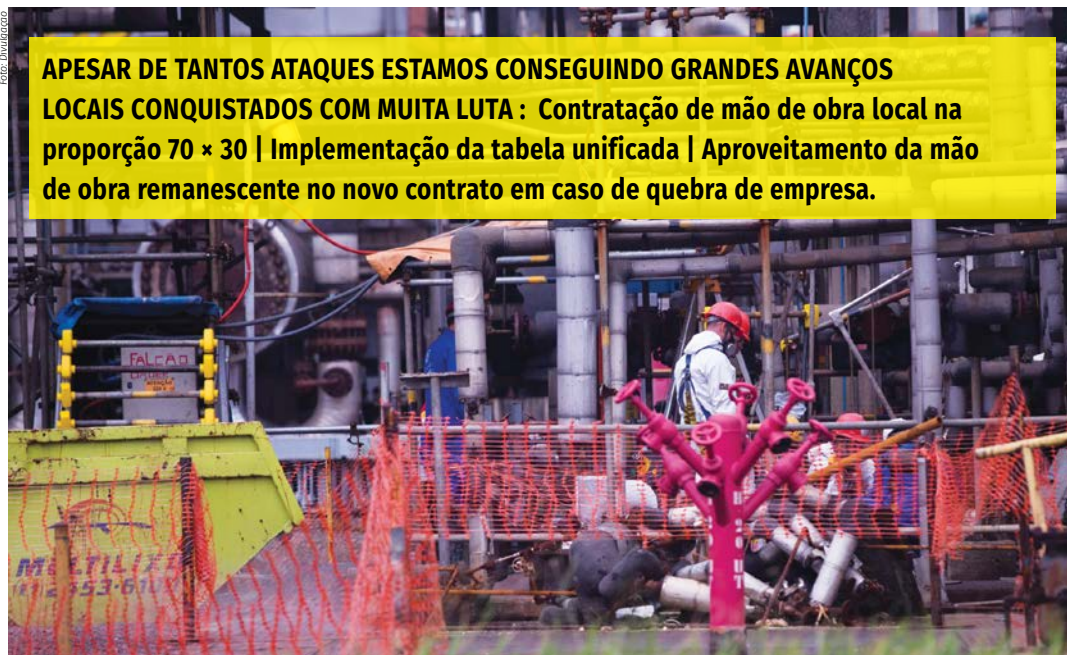
SIGA NAS REDES!



NÃO DEIXE DE LER TAMBÉM O ENCARTE DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DA PETROBRÁS:
>> DIREÇÃO DA PETROBRÁS JÁ PRIVATIZOU R\$ 198 BILHÕES NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS
>> A NEFASTA POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS DO GOVERNO BOLSONARO

Desde que a lei da terceirização e a reforma trabalhista, orquestradas por Michel Temer, foram implementadas elas vêm baliçando as contratações de empresas terceirizadas. Com a lei da terceirização, a responsabilidade das empresas contratantes diminuiu, deixando os trabalhadores à própria sorte, com salários reduzidos, muitas vezes com pagamentos atrasados, quando não, demitidos sem qualquer vislumbre de receberem seus direitos, prejudicados por empresas que declaram falência para não ter que pagar os trabalhadores.

Arelado a isso, que já não é pouco, o Setor de Suprimentos e Serviços (SBS) da Petrobrás, responsável pelas licitações e contratações, está localizado no Rio de Janeiro e simplesmente não tem acesso ao que acontece nas unidades de todo o país. Além disso, o setor não se preocupa em estabelecer em contrato salários e be-



APESAR DE TANTOS ATAQUES ESTAMOS CONSEGUINDO GRANDES AVANÇOS LOCAIS CONQUISTADOS COM MUITA LUTA : Contratação de mão de obra local na proporção 70 x 30 | Implementação da tabela unificada | Aproveitamento da mão de obra remanescente no novo contrato em caso de quebra de empresa.

nefícios o que ocasiona uma verdade barbárie. Se existisse uma política efetiva e correta com essas empresas 90% dos problemas não existiriam. Isso engloba também as perdas para a Petrobrás que fica com obras e serviços parados.

Além disso, a fiscalização dos contratos nas unidades do Sistema Petrobrás tem deixado muito a desejar e isso tem

aberto ainda mais brecha para a farra das “gatas”.

Não é mistério para ninguém que os únicos que ganham com todos esses disparates são os acionistas do Sistema Petrobrás já que o dinheiro que sobra de todos esses contratos maximiza os lucros da empresa e vão direto para o bolso de todos eles. O montante pago esse ano foi no valor de

R\$ 10,27 bilhões, referente ao exercício de 2020. A alta cúpula da empresa tem seguido à risca a cartilha do governo Bolsonaro e de Paulo Guedes que se transformaram no Robin Hood às avessas. O atual mandatário da empresa, o general Joaquim Silva e Luna, vem demonstrando ser cupincha da dupla e que seguirá rezando a mesma cartilha exploradora.

Efeitos devastadores

Os efeitos das reformas após o golpe de 2016, que atacam a classe trabalhadora, estão avançando cada dia mais no Sistema Petrobrás. Os contratos com as prestadoras de serviço a cada dia que passa, apontam que a única preocupação tanto das “gatas” quanto da atual gestão da Petrobrás é o lucro desmedido. Os setores de manutenção, segurança e tantas outras áreas vêm sendo dizimados com o entra e sai de empresas caloteiras. No Sistema Petrobrás não faltam péssimos exemplos dessa ingerência por parte do alto escalão da empresa. No Litoral Paulista temos uma lista imensa de “gatas” que primam pela retirada de direitos, pisos salariais rebaixados, corte de benefícios e calote.

Um exemplo disso é a AllControl, velha conhecida do Sindicato e da RPBC, que ficou quase um mês sem pagar os salários dos trabalhadores. No início do ano passado os

trabalhadores dessa “gata”, que presta serviço de instrumentação e elétrica, realizaram pedido de demissão em massa, em função do rebaixamento salarial e retirada de direitos impostos pela empresa desde que assumiu o contrato, em outubro de 2019.

A Mérito, contratada que presta serviço de segurança patrimonial, simplesmente abandonou os postos de trabalho e deixou os terceirizados “a ver navios”. A prestadora tinha contrato no Terminal da Alemoa, em Santos, no Terminal de Pilões, em Cubatão, e no prédio do Edisa Valongo, em Santos. A “gata” estava há menos de dois anos no Sistema Petrobrás e já acumulava um dos maiores e mais expressivos índices de reclamações e denúncias dos últimos dez anos.

A empresa Stefanini, terceirizada da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que venceu processo licitatório para

prestar serviço para várias áreas do setor administrativo no Terminal Aquaviário Almirante Barroso (Tebar), rebaixou a remuneração de seus funcionários na mudança para o novo contrato. Mesmo com a manutenção dos empregados do contrato anterior, a empresa reduziu em até 50% o valor que pagava a seus funcionários. Além de rebaixar salários, a Stefanini deixou de pagar o adicional de periculosidade aos empregados que ocupam a mesma função que antes.

Desde que o Governo Bolsonaro assumiu o comando da empresa não se escolhe mais quem oferece o melhor serviço, mas quem apresenta o menor valor. As consequências são evidentes: empresas aventureiras entram na Petrobrás e lucram às custas do sofrimento alheio. Trabalhadores não são tratados como gente de carne e osso, com família e sentimentos, mas como números.

Novo ataque ainda mais violento

O setor da operação é a nova vítima das investidas do alto escalão da Petrobrás. Até o momento esse setor parecia intocável, mas ao que tudo indica essa realidade mudou. Os gestores da companhia querem terceirizar o setor a todo e qualquer custo mesmo que isso implique em colocar as

unidades, o meio ambiente, e as cidades circunvizinhas em perigo. O objetivo é reduzir gastos, sucatear as unidades para facilitar a privatização e “encher os bolsos” dos acionistas.

Para piorar o quadro, que por si só já é tenebroso, os treinamentos feitos na Petro-

brás são customizados. Isso significa que demandaria anos para que um trabalhador tenha a perícia de atuar em um determinado local. O próprio procedimento interno da empresa demanda isso. Outro absurdo, que não pode deixar de ser destacado, é que como não existe profissional habilitado

ou treinado nas plantas da Petrobrás para promover esse tipo de qualificação, o treinamento terá que ser conduzido pelos próprios operadores que estão na ativa. É como se o trabalhador tivesse que treinar o substituto que dará fim a sua atividade. Uma verdadeira “escolha de Sofia”!

Fim do Ministério do Trabalho

Em janeiro de 2019, foi extinto oficialmente, o Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE) e suas atribuições foram distribuídas Ministérios da Justiça, Cidadania e Economia.

O Ministério foi criado em 26 de novembro de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e era o órgão administrativo do Governo Federal responsável pela regulamentação e fiscalização de todos os aspectos referentes às relações de trabalho no Brasil.

A extinção do MTE, encabeçada por Jair Bolsonaro, demonstrou de forma muito clara que a fiscalização das relações de trabalho não são prioridade para o atual governo, levando a uma ideia de “impunidade” aos empresários e exploradores de mão de obra. Haja vista que o Brasil é um país que ainda existe trabalho análogo à escravidão. Segundo estatísticas da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério da Economia, foram resgatados 55.004 trabalhadores entre 1995 e junho de 2020. No último ano foram quase 1 mil pessoas conforme atesta o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho

e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A situação pode ser ainda pior já que existe um déficit de 60% de auditores fiscais para exercer o combate ao trabalho escravo.

A extinção do órgão também impactou diretamente na precarização de direitos, bem como um retrocesso à garantia do equilíbrio nas relações laborais e inegavelmente um estímulo ao descumprimento da legislação vigente. O Ministério do Trabalho exercia também a função de caracterizar e classificar o meio ambiente laboral em questões como nível de insalubridade e de periculosidade através de Normas Reguladoras (NRs).

As NRs também estão na “alça de mira” do governo sob a justificativa de “desburocratizar” o setor. O governo reduzirá as exigências e as obrigações do empresariado com o objetivo de cortar regras que protegem os trabalhadores de ambientes de trabalho insalubres e dos riscos de acidentes.

As Normas Regulamentadoras são disposições complementares ao capítulo V da CLT, que consiste em obrigações, direitos e deveres que devem ser cumpridos pelas empresas e pelos trabalhadores com objetivo de



garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo as pessoas do surgimento de doenças ocupacionais e acidentes do trabalho. Atualmente o Brasil ocupa o segundo lugar do G 20 em mortalidade por acidentes no trabalho conforme aponta relatório do Ministério Público do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho.

Petroleiros

Os petroleiros fazem parte de uma atividade ampla e significativa para nosso país, que envolve desde a extração de petróleo e gás natural até o fornecimento direto ao consumidor com a venda da gasolina, do gás de cozinha e dos demais solventes e insumos.

Para cumprir com sua atividade, “do poço ao posto”, são empenhadas infinitas atividades perigosas na transformação

do petróleo e seus resíduos em insumos, passando pelo transporte e até pela geração de seus próprios suprimentos.

A situação para os terceirizados do Sistema Petrobrás ainda é pior.

Do número total de trabalhadores mortos por acidentes de trabalho, cerca de 85% são terceirizados. As vítimas de acidentes e doenças do trabalho acompanham essa mesma estatística porque a condição de trabalho deles é extremamente precarizada. Em muitos dos casos as empresas são negligentes no fornecimento de EPIs o que acaba aumentando as estatísticas. É importante destacar que no país existe a subnotificação e a negligência na emissão da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) o que significa que esses números são ainda maiores.



AS REFORMAS PARA “INGLÊS VER”

A reforma trabalhista e a lei de terceirização foram uma verdadeira “caixa de Pandora”. As medidas abriram brechas para que empresas promovessem verdadeiras barbáries como a precarização do trabalho, a terceirização irrestrita e facilitou o trabalho com todas as características da relação empregatícia, mas sem nenhum direito assegurado. Além disso, atacaram também a representação sindical, já que a reforma trabalhista acabou com a contribuição sindical e assistencial. O único objetivo das reformas orquestradas, por Temer e Bolsonaro, foi retirar direitos e não gerar empregos como fizeram questão de divulgar, mas que foi sempre uma grande mentira para ganhar apoio dos empresários. Prova disso, é o número recorde de desempregados que o país amarga e a brusca redução de salários, direitos e benefícios. Nunca foi reforma, mas sempre foi ataque aos trabalhadores. Na pandemia a situação se intensificou. O governo abriu brecha para negociação individual do trabalhador com o empregador em uma relação que passa lon-

ge de ser igual. Além disso, criou a carteira verde e amarela que precariza ainda mais as condições de trabalho.

A reforma da previdência, feita em 2019, foi um golpe ainda maior para a classe trabalhadora. O governo estabeleceu uma idade mínima para aposentadoria de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens e ambos terão que contribuir por no mínimo 15 anos. Os homens que entraram no mercado de trabalho depois que a reforma vão ter que comprovar 20 anos de contribuição. Para as mulheres o período continua o mesmo. A média salarial para pagamento do benefício também foi alterada. Para receber o valor integral do que foi pago ao longo das atividades laborais as mulheres terão que contribuir por 35 anos, e os homens, por 40 anos.

As novas regras criam dificuldades para que a população tenha acesso às aposentadorias e pensões por morte. Além disso, reduz o valor do benefício, aumenta o tempo de contribuição dos trabalhadores em atividades insalubres e diminui o valor do benefício para os trabalhadores que se aposentam por invalidez

e na aposentadoria de deficientes. A reforma também mudou regras para servidores, professores e policiais. A tão esperada aposentadoria deixou de ser um sonho e virou um pesadelo.

A idade mínima de 65 anos é alta demais para a realidade do país considerando que existem milhares de trabalhadores braçais em estados com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Os trabalhadores braçais foram afetados diretamente já que as profissões que exercem não são compatíveis com idade avançada e nem com o mercado de trabalho que se recusa a absorver mão de obra desse tipo. O que não faltam são exemplos como um soldador que fica pendurado em um andaime em uma altura de 30 m, um estivador que exerce atividade árdua e perigosa, a bordo do navio cuja temperatura a bordo é alta, uma empregada doméstica que tem de lavar, passar, cozinhar e exercer tarefas que exijam condi-

cionamento físico, cortadores de cana que chegam a cortar 12 T da planta por dia ou pedreiros que carregam sacos de cimento que pesam 50 kg.

A reforma da previdência não considerou isso e nem o fato que a expectativa de vida aumentou. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que em 2060 teremos mais idosos do que jovens. A mudança pensou apenas em encher os cofres públicos e beneficiar grandes corporações. A facada que elegeu Jair Bolsonaro não foi tão grave quanto essas que a classe trabalhadora vem recebendo nas costas. Os golpes têm sido sucessivos e só demonstram que vivemos um tremendo retrocesso social onde direitos fundamentais estão sendo retirados pautados em grandes mentiras.

Para combater todo esse rol de crimes contra a classe trabalhadora precisamos lutar para a revogação de todos esses maus feitos e fazer a resistência para que a terceirização e quarteirização seja barrada no Sistema Petrobrás ou em qualquer outra empresa do país. Essa luta é de todos!